Newsletter da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu • Director: Carlos Miguel Coelho • Rue Wiertz • ASP8E158 Bruxelles • Maio/Julho de 2018

nº 145

Incêndios em Portugal:

Mais de 50 milhões de Euros O Parlamento Europeu aprovou com mais de 600 votos a favor e apenas 21 contra o relatório do Deputado José Manuel Fernandes que atribui uma ajuda de 50.6 milhões a Portugal.



Pg. 03



CARLOS COELHO

CONVICÇÕES

O que fazer quando estamos entre a necessidade de reafirmar convicções e valores ou o facilitismo do discurso fácil para ganhar votos em eleições?

Há quem escolha o primeiro e fique bem com a sua consciência e há quem escolha o segundo e apareça sistematicamente nas primeiras páginas dos jornais.

A última reunião do Conselho Europeu foi o retrato de uma Europa dividida entre estas duas posições. Temos hoje um governo italiano dominado por eurocépticos populistas e uma Presidência austríaca com um discurso radical, incentivado pelas forças da extrema-direita que "seguram" o governo. E ainda Estados-Membros como a Hungria, a Polónia, Malta ou a Eslováquia onde o **Estado de** Direito enfraquece todos os dias, pela mão de governos aprisionados por um discurso nacionalista que tem ganho eleições, mas coloca em causa os direitos fundamentais dos cidadãos.

Nalguns Estados-Membros da União, e em muitos países do Mundo, parece que é necessário ter um discurso nacionalista, eurocéptico, xenófobo e até racista para subir nas sondagens e ganhar eleições...

Nunca como hoje precisamos tanto de políticos que optem por firmes e bem fundadas convicções.



Escândalo Facebook Carlos Coelho critica audição de Zuckerberg



Fundação Francisco **Manuel dos Santos** Prémio cidadão europeu 2018. Proposta de Carlos Coelho, Sofia Ribeiro e José Manuel Fernandes

Pg. 09



Lech Walesa distinguido Por Paulo Rangel com a medalha de mérito Lucas Pires

Pg. 02

Rangel atribui EIN Merit Award a Lech Walesa

prémio foi entregue em Riga durante mais uma edição da Universidade de Verão do EIN, o think tank do grupo PPE a que o Deputado Paulo Rangel preside.

Todas as mesas-redondas, seminários, conversas e espaços de diálogo e discussão foram dominados pelo tema «European Way of Life».

Foi uma discussão intensa, cheia de participantes de todos os países da União, de vários quadros vindos dos Estados europeus que não fazem parte da UE e ainda, como sempre, de muitos «think tanks» dos Estados Unidos.

O momento alto, muito emocionante e inspirador, foi o momento de atribuição do MERIT AWARD LUCAS PIRES ao grande herói da democracia polaca e referência incontornável da vida europeia LECH WALESA. Uma magnífica forma de celebrar também o vigésimo aniversário da morte de Lucas Pires.

Lech Walesa fez um discurso admirável de energia, de confiança no futuro, de vontade de lutar pelos valores da democracia, dos direitos



humanos, da separação dos poderes, da liberdade de imprensa e do pluralismo. Uma mensagem claramente inspirada na actual situação polaca.

Dias intensos, dias de grande aprendizagem, dias de troca de conhecimento e experiência com a sociedade civil em geral e academia em particular.



Sofia Ribeiro: "Os Agricultores estão a pagar pelo Brexit"

Eurodeputada **Sofia Ribeiro** mostrou-se "preocupada com a possível perda de autonomia do POSEI". A Eurodeputada participava na reunião da Comissão Parlamentar da Agricultura e Desenvolvimento Rural no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, que pretendeu debater a reforma da PAC e o seu financiamento pós-2020, e onde esteve presente o Comissário da Agricultura, Phil Hogan.

Sofia Ribeiro alertou que a integração das necessidades das Regiões Ultraperiféricas nos novos planos estratégicos dos Estados--Membros, da responsabilidade dos Governos centrais, "pode por em causa, efetivamente, a autonomia do POSEI", adiantando que esta

proposta pode funcionar como um "Cavalo de Tróia" que pode, aos poucos, desagregar o POSEI. Para a Deputada Açoriana, "se temos um programa autónomo, temos de ter avaliações autónomas", referiu.

A social-democrata explicou ainda que as RUP estão a ser triplamente penalizadas no financiamento da PAC: "temos uma redução de 4% no POSEI, que vai contra a decisão desta casa, no relatório que fizemos, e depois do próprio Presidente Juncker garantir que ia proteger esse pacote; nós temos um corte de 25% no desenvolvimento rural e temos também o aumento para 30% nas comparticipações no cofinanciamento dos Estados-Membros, sendo que há Estados-Membros que não conseguem fazer isto".

Recorde-se que o Comissário Phil Hogan visitou os Açores nos dias 27 e 28 de junho, depois dos persistentes convites feitos pela Eurodeputada Sofia Ribeiro.

Ao finalizar a intervenção no debate, a Eurodeputada ressalvou que "os agricultores já pagaram as crises de mercado, já pagaram pelo embargo russo, já pagaram pelos problemas com as quotas leiteiras e estão agora a pagar pelo Brexit. Os senhores quiseram satisfazer o Conselho, está na altura de satisfazer os agricultores europeus".



Relatório de José Manuel Fernandes dá a Portugal 50,6 milhões de euros para as zonas afetadas pelos incêndios de 2017

Parlamento Europeu aprovou em Estrasburgo a proposta do Eurodeputado **José Manuel Fernandes** para a mobilização de 50,6 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE para o restabelecimento das infraestruturas danificadas pelos incêndios de 2017 em Portugal.

O relatório foi aprovado no plenário com 629 votos a favor, 21 votos contra e 9 abstenções. O relatório final deixa uma recomendação à Comissão Europeia para que aprove propostas de reprogramação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) que os Estados-Membros venham a apresentar com o objetivo de financiar ações para a prevenção de incêndios florestais.

José Manuel Fernandes sublinha que fica lançado o desafio ao governo português e ao Primeiro--Ministro António Costa, que têm a responsabilidade de aproveitar a oportunidade para reforçar os recursos de apoio às vítimas e zona afetadas.

"O Governo português tem a porta aberta para propor, na reprogramação do Portugal 2020, o reforço de fundos para fazer face aos prejuízos nas áreas atingidas pelos incêndios do ano passado e para reforçar a prevenção, de forma a que não haja a repetição da tragédia do ano passado. É uma questão de vontade política atendendo a que ainda faltam executar cerca de 20 mil milhões de euros. A prevenção é a melhor solução. Temos de fazer tudo para evitar a perda de vidas humanas", sustenta o eurodeputado. A resolução aprovada – em que se lamenta o

número de vidas perdidas – exige ainda que os montantes sejam utilizados de forma transparente, assegurando uma distribuição equitativa por todas as regiões afetadas.

"O Governo deve revelar os critérios que utiliza e em que concelhos vai investir os 50,6 milhões de euros", afirma José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos e relator para o Fundo de Solidariedade da UE.

A mobilização aprovada prevê também a concessão de assistência financeira à Espanha (3,2 milhões de euros), relacionada com os incêndios na Galiza, à França (49 milhões), devido aos furacões em São Martinho e Guadalupe, e à Grécia (1,3 milhões), na sequência dos sismos na ilha de Lesbos.



Fernando Ruas integrou missão parlamentar à Eslovénia

ernando Ruas deslocou-se em missão parlamentar à Eslovénia, juntamente com mais 7 colegas Eurodeputados que desempenham funções na Comissão de Desenvolvimento Regional, com o objectivo de conhecer e analisar alguns dos bons exemplos de boas práticas, em matéria de implementação dos fundos europeus.

O programa da missão incluiu reuniões com o Ministro do Desenvolvimento, Projetos Estratégicos e Coesão e com o Ministro de Desenvolvimento Económico e Tecnologia.

Houve espaço para encontros com representantes do Comité de Economia e da Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia Nacional da Eslovénia, com o Presidente da Câmara de Ljubljana, da região de Posavje e de Podčetrtek e ainda com representantes das associações governamentais locais e regionais.



Tal como teve oportunidade de salientar em sede própria, "é importante que se fomente a participação e parceria eficazes com as autoridades locais, no debate sobre a futura política de coesão europeia. A Eslovénia deve ser considerada um exemplo de bom funcionamento dos instrumentos de coesão europeus, em particular, no domínio do ambiente, transporte e turismo".



Sofia Ribeiro promove Açores no PE

Eurodeputada Sofia Ribeiro inaugurou a exposição Azores, 9 Wonderful Islands in the Atlantic na entrada do Parlamento Europeu, em Bruxelas. Durante uma semana as nove ilhas dos Açores estiveram representadas e posicionadas à escala, "marcando bem a dupla insularidade, o afastamento e a pequena dimensão que caracterizam os Açores, condição sem paralelo no restante território europeu", explicou Sofia Ribeiro.

"A defesa das Regiões Ultraperiféricas

na União Europeia é uma reivindicação contínua e absolutamente necessária, resulta de um difícil e aturado processo diplomático e de negociação multi-institucional, cujo conceito foi gerado pelo então Presidente do Governo Regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, e constitui-se como a materialização da coesão europeia", referiu a Eurodeputada na inauguração da exposição, que contou com a presença da Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Mairead McGuiness, e do Responsável pelo Gabinete de Representação dos Açores em Bruxelas, Frederico Cardigos.

Sofia Ribeiro afirmou ainda que "celebrar as Regiões Ultraperiféricas é celebrar a **Europa** das Regiões, que visa um sustentado desenvolvimento dos territórios e dos cidadãos europeus, sabendo que não se pode tratar como igual aquilo que é estruturalmente diferente e que exige um olhar mais atento na diversidade que constitui a riqueza da União Europeia".

Na exposição estiveram presentes alguns Presidentes de Junta de Freguesia dos Açores, ou seus representantes, naquilo que a Eurodeputada classificou como "um claro sinal de que a construção Europeia deve decorrer a um múltiplo nível, integrando os diferentes centros de decisão e de governação, desde o mais local, ao mais global, confirmando ainda a nítida orientação que desde o início foi impressa neste mandato, de proximidade aos nossos concidadãos e de mútua colaboração com o poder local". Estiveram ainda presentes representantes de associações locais, nomeadamente da Terra Verde, AJAM, Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, e Escuteiros pretendendo "ilustrar toda uma dinâmica fundada na proximidade, para garantir que o exercício da atividade no Parlamento Europeu integrasse ao máximo as preocupações e a expectativas dos Açorianos".

Durante a inauguração, tanto os convidados como quem passava pela entrada do Parlamento Europeu puderam assistir a atuações do grupo Vozes do Mar do Norte e do grupo Os Companheiros da Associação Cultural e Recreativa Dispensa, bem como puderam provar algumas das iguarias açorianas, como Queijadas de Vila Franca do Campo e Donas Amélias, da Terceira. Ao longo da semana, uma equipa de quatro jovens açorianos ajudou na divulgação da exposição e acompanhou os visitantes através de roteiros pelas ilhas.

"Com esta exposição, confirmamos que o projeto europeu é o nosso projeto, o projeto dos Açorianos, em que pretendemos confirmar a nossa Região como de **elevado potencial para** um desenvolvimento sustentado à escala global; com esta exposição evidenciamos que a União Europeia tem uma enorme mais-valia na sua diversidade que vale a pena explorar e conhecer", finalizou Sofia Ribeiro.



Carlos Coelho desapontado com audição de Zuckerberg no Parlamento Europeu

arlos Coelho acompanhou a audição de Mark Zuckerberg, fundador e CEO do Facebook, sobre o escândalo Cambridge Analytica e a protecção dos dados dos cidadãos europeus, na Conferência de Presidentes do Parlamento. O Eurodeputado, que apelou sucessivamente à realização desta audição e à prestação de contas do Facebook, afirmou--se"muito desapontado com a forma como esta audição foi organizada e decorreu, mas sobretudo pela falta de esclarecimentos suficientes sobre o caso Cambridge Analytica e as medidas que deviam estar a ser tomadas para proteger melhor os dados dos cidadãos europeus que utilizam as redes sociais do grupo Facebook".

O social-democrata destacou que "a demora de Zuckerberg em aceder ao pedido do Parlamento Europeu demonstrou a falta de vontade em esclarecer os cidadãos europeus. Esta hesitação é constrangedora, como é o facto do Parlamento ter aceite os termos de Zuckerberg para o formato da audição. Hoje, o CEO do Facebook deveria ter respondido perante a Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento e não perante a Conferência de Presidentes. É inadmissível que nos Estados Unidos da América o fundador do Facebook tenha respondido perante as duas Câmaras (Senado e Representantes) e aqui se tenha escusado à Comissão competente, quando há mais utilizadores europeus do Facebook que norte-americanos".

Sobre o conteúdo da audição, o social-democrata declarou que "independente do mérito das perguntas dos meus colegas, há questões que ficaram por fazer e respostas que ficaram por dar. A primeira delas, no seguimento do escândalo Cambridge Analytica, é sobre os anunciados instrumentos do Facebook para melhorar a protecção de dados dos utilizadores. Em específico, quais são? Quantos deles estão já a ser aplicados? E quando vão todos eles estar operacionais? Em segundo lugar, no entender do CEO do Facebook, é possível que actos eleitorais ou referendos (como o do Brexit) tenham tido os seus resultados manietados, face à amostra de eleitores que viram os seus dados vulnerabilizados e utilizados para propaganda específica?



Carlos Coelho destacou que "a demora de Zuckerberg em aceder ao pedido do Parlamento Europeu demonstrou a falta de vontade em esclarecer os cidadãos europeus."

No plano europeu, em que medida o Facebook está preparado para a entrada em vigor do RGPD? Esta pergunta foi abordada em diversas questões, mas teria merecido uma resposta mais clara, face às notícias de transferência de dados de utilizadores não-europeus mas residentes na UE para outras jurisdições. Em quarto lugar, pode o Facebook assegurar que os dados dos cidadãos europeus utilizadores do Facebook e das aplicações que integram o grupo (WhatsApp e instagram, por exemplo) estão protegidos e alojados, de forma segura, em servidores em território europeu? Por fim, além da criação de

ferramentas tecnológicas de proteção de dados, há mecanismos exigíveis de transparência. Que medidas o Facebook conta tomar em matéria de **registo de transparência**, designadamente quanto a patrocinadores e financiadores de publicidade nas redes sociais que gere?".

Carlos Coelho é membro da Comissão LIBE do Parlamento Europeu e endereçou, recentemente, uma pergunta oficial à Comissão Europeia sobre as medidas tomadas sobre o escândalo Cambridge Analytica e as exigências ao Facebook.

Cláudia Monteiro de Aguiar

recebe Guia Michelin para debater importância da Gastronomia para o Turismo

onferência enquadra-se no programa da Semana da Europa **2018.** A Conferência "Viajar à Mesa: Aliar a Experiência Gastronómica ao Desenvolvimento dos Destinos", promovida pela Eurodeputada do PSD, centra-se na importância da Gastronomia para o Turismo, enquanto fator de diferenciação dos destinos.

A conferência, integrada no Ano Europeu do Património Cultural, é organizada em parceria com o Centro de Informação Europe Direct Madeira e junta à mesma mesa Arnaud Chatin, do Guia Michelin, Isabel Garaña, da Organização Mundial do Turismo, o Professor Luiz Pinto Machado, do Observatório de Turismo da Universidade da Madeira e os Chefs Luís Pestana, Octávio Freitas e Miguel Rocha Vieira.

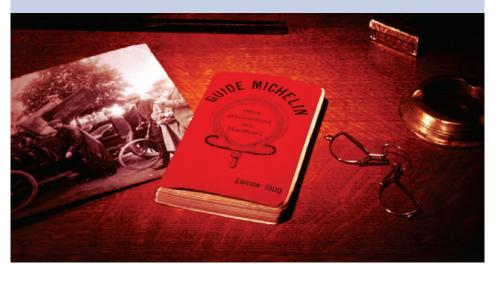
Ao longo da semana de comemoração do Dia da Europa, dia 9 de Maio, a Eurodeputada do PSD participou numa série de iniciativas em toda a Região Autónoma, com destague para a Cerimónia de Encerramento do Concurso "O Lado Doce da Europa", a Aula Aberta na Universidade da Madeira, sobre "Política Europeia para as Regiões Insulares o Panorama Turístico Europeu, no Campus da Penteada e, no dia 9 de Maio, Dia da Europa, a Conferência-Debate sobre a União Europeia, na Escola Profissional Cristóvão Colombo, no Funchal.

Para Cláudia Monteiro de Aguiar "a semana de agenda completa entre reuniões com membros do Governo Regional, com associações locais, em escolas - a promover o Projeto Europeu - e ainda com estruturas locais do partido permitem celebrar a Europa com os que estão mais longe do seu centro".

"É difícil sentir a importância que a União Europeia tem nas nossas vidas, apesar de estarmos constantemente rodeados de exemplos disso, sobretudo os mais novos, que dão os benefícios da UE como garantidos. É também um pouco disso que procuro trazer nos encontros que tenho durante esta semana." 🗐



"É difícil sentir a importância que a União Europeia tem nas nossas vidas, apesar de estarmos constantemente rodeados de exemplos disso, sobretudo os mais novos, que dão os benefícios da UE como garantidos. É também um pouco disso que procuro trazer nos encontros que tenho durante esta semana."







Fernando Ruas intervém

em plenário sobre o próximo QFP e os eventuais cortes na Política de Coesão

ernando Ruas realizou no passado dia 31 de maio, em Estrasburgo, uma intervenção no debate com a Comissária Europeia para o Desenvolvimento Regional - Corina Cretu relativa à proposta legislativa para a Política de Coesão 2021 - 2027.

Como teve oportunidade de salientar "não obstante os aspectos positivos constantes desta proposta, nomeadamente, quanto à concentração temática dos objectivos, à simplificação e maior flexibilidade de procedimentos, existem áreas de acção da união em que são propostos cortes orçamentais substantivos, como é o caso da Política de Coesão, ao passo que noutras áreas, com as mesmas condicionantes, são propostos aumentos orçamentais".

Tal situação levou-o a concluir que existiu, por parte da Comissão, "uma clara opção política em penalizar a Política de Coesão Europeia em detrimento de outras opções estratégicas e políticas", situação que lamenta profundamente.

Por essa razão, questionou a Sra. Comissária sobre "qual a explicação que poderia dar aos seus concidadãos para que a tal Política de Coesão, que andámos anos a proteger e a torná-la como a principal política de investimento da União, venha agora trazer reducões impressionantes para Portugal e reforce dotações orçamentais de outros países mais ricos, como é o caso de Espanha, Finlândia ou Itália."



Carlos Coelho defende solidariedade europeia no Dia Mundial dos Refugiados

arlos Coelho assinalou, em Bruxelas, o Dia Mundial dos Refugiados, declarando-se "profundamente chocado e envergonhado com o que se está a passar, actualmente, no Mundo e, em particular, na Europa". Num ano em que a palavra "solidariedade" foi a escolhida pelo Conselho Português para os Refugiados para marcar este Dia Mundial, instituído em 2000 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Deputado ao Parlamento Europeu recordou que, sendo um valor fundador da União Europeia, não está a ser respeitado: "Como tive ocasião de afirmar no Parlamento há dias, a solidariedade é o berço da União Europeia, mas está afundada no Mediterrâneo. Haja coragem de a resgatar".

Segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, relativo ao ano de 2017, há 68,5 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo (das quais, 16,2 milhões foram deslocadas pela primeira vez em 2017). Entre estas pessoas, contam-se 25,4 milhões de refugiados, o que equivale a um aumento de 2,9 milhões de pessoas entre 2016 e 2017, representando o maior aumento alguma vez registado pelo ACNUR. Carlos Coelho, em reacção a estes números, declarou que "o relatório do ACNUR mostra-nos que a chamada «crise dos refugiados» está longe de estar resolvida, seja nas suas causas originais, seja nos mecanismos de recepção e integração. Senão vejamos: entre 2016 e 2017 tivemos 45 mil pessoas deslocadas todos os dias e isto significa que uma pessoa foi deslocada a cada dois segundos. E quando falamos de refugiados, pessoas que fogem da guerra, da violência e da perseguição, estamos a falar de um aumento histórico que nos mostra que a multiplicação de conflitos a que assistimos actualmente está a mudar o mapa de populações no Mundo e a pressionar fortemente vários países receptores".

O social-democrata acrescentou que "há dois factos que devem merecer a nossa atenção.. Primeiro, **85% dos refugiados** estão em países em desenvolvimento, o que nos revela que temos de encontrar formas mais justas e equilibradas de distribuição destas pessoas, que merecem ter condições dignas nos países que as acolhem. Segundo, do total de pessoas deslocadas, mais de metade (52%) são crianças ou jovens com menos de 18 anos, o que nos dá a ideia das consequências destes fluxos na construção do futuro dos países que estas pessoas abandonam".

Sobre a actualidade, Carlos Coelho recordou o caso do **barco Aquarius**, que transportando cerca de 700 pessoas, não teve autorização para atracar em Itália ou Malta. "Este caso mostrou que falhou a solidariedade europeia e que é urgente tomar decisões em matérias como o **Sistema** Europeu Comum de Asilo.



50 Cientistas e investigadores da EurocienciaPT debatem o Horizonte Europa

rede EurocienciaPT, coordenada por Carlos Coelho, reuniu em Lisboa com o Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, o português Carlos Moedas, para debater o futuro programa comunitário de apoio à Ciência. O Horizonte Europa, o nono programa-quadro de apoio à investigação e inovação, sucessor do actual Horizonte 2020, vigorará no período 2021-2027.

Carlos Coelho destacou a importância deste encontro, que reuniu cerca de 50 membros da rede EurocienciaPT (entre investigadores, professores universitários e responsáveis académicos), referindo que "com a apresentação da proposta da Comissão Europeia para o Orçamento Europeu pós-2020 começámos um debate estruturante para o futuro da União: que prioridades para a próxima década? E a melhor notícia foi o anúncio do reforço do

investimento na Ciência e na Inovação, designadamente com a transformação do Horizonte 2020 em Horizonte Europa, chegando aos cem mil milhões de euros para o período 2021-2027". O Deputado ao Parlamento Europeu sublinhou que "este reforço é uma grande vitória do Comissário Carlos Moedas que, agora, tem de construir um programa de apoio à Ciência e Inovação ainda mais importante que o Horizonte 2020".

O social-democrata, que fundou e coordena a rede EurocienciaPT, recordou que "a criação desta rede de contacto entre cientistas, investigadores e decisores políticos teve como objectivo colocar o mundo da Ciência e o mundo da política em diálogo, mas também defender a excelência da Ciência portuguesa e dos seus actores. Com esta reunião de trabalho reunimos um conjunto de ideias e

propostas para a arquitectura do Horizonte **Europa** e esperamos que esse contributo possa tornar este programa mais apto a ajudar a comunidade científica portuguesa a afirmar-se no plano europeu e mundial". Carlos Coelho encerrou os trabalhos da reunião, afirmando que "o futuro da Europa está no conhecimento. Precisamos preparar as nossas sociedades e economias para os desafios da digitalização, da inteligência artificial, da robótica, da Internet das Coisas e de realidades tecnológicas em mudança constante e disruptiva. E para isso é fundamental contar com cientistas e investigadores preparados e motivados. A rede Eurociencia PT procura isso mesmo: dinamizar, através do contacto mais permanente e fácil, uma comunidade mais empenhada e conectada entre si, para gerar as sinergias necessárias para a sua afirmação europeia e mundial". 🖃



Fundação Francisco Manuel dos Santos vence Prémio Cidadão Europeu 2018

Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS) foi galardoada com o Prémio Cidadão Europeu 2018, por proposta de Carlos Coelho, José Manuel Fernandes e Sofia Ribeiro. A FFMS é uma organização portuguesa sem fins lucrativos, fundada em 2009, que se dedica ao estudo das principais questões políticas, económicas e sociais nacionais, europeias e internacionais. Actualmente, é editora de inúmeros estudos e ensaios sobre temas da actualidade e produtora de materiais audiovisuais, digitais e televisivos ligados às principais matérias de cidadania. O Deputado Carlos Coelho, que já saudou a Fundação, destacou "o papel da FFMS, hoje incomparável na sociedade portuguesa, na promoção do debate sobre os principais desafios do futuro de Portugal, designadamente aqueles que estão ligados à afirmação do país na União Europeia e do papel dos cidadãos europeus no projecto de integração".

O Deputado ao Parlamento Europeu, que tem visto as suas candidaturas sairem vencedoras em todas as edições do Prémio, acrescentou que "o reconhecimento do Parlamento Europeu ao trabalho da Fundação Francisco Manuel dos Santos é muito significativo quando estamos a um ano das eleições europeias. Através dos muitos canais de comunicação e informação de que dispõe, a FFMS é hoje um dos principais agentes de promoção de uma cidadania activa e, em concreto, de uma intervenção cívica preparada e informada. Isso é um contributo da maior relevância para a democracia portuguesa e para a ideia de cidadania europeia".

No texto da candidatura, assinado pelos deputados social-democratas, podemos ler que "entre as centenas de obras (de académicos de excelência, profissionais destacados e personalidades proeminentes) destacamos "Portugal e a Europa: novas cidadanias", "A Democracia na Europa", "O Futuro da União Europeia" ou "A identidade cultural europeia", entre outros; e os estudos científicos "O impacto económico dos fundos europeus", "Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas" ou "Portugal Europeu; entre outros. Quatro conferências nacionais foram realizadas sobre temas europeus, entre as quais se destacam o



"2.º Encontro Anual da Fundação - Portugal Europeu: E agora?" ou "O que é o populismo?". Além disso, a presença assídua da FFMS em televisão tem abordado temos de grande impacto europeu: desde logo, a colaboração com o programa "Os Europeus" (Sic Notícias), mas também a produção do "Fronteiras XXI" (RTP), que conta programas sobre temas como as migrações ou o populismo, com grande audiência. A gestão do portal Pordata (que tem uma ferramenta "Europa") destaca-se como portal de acesso público a estatísticas credíveis e fiáveis para todos os cidadãos, associada a um POP - Portal de Opinião Pública, ambos com centenas de indicadores sobre a UE".

O **Prémio do Cidadão Europeu** é uma

distinção atribuída pelo Parlamento Europeu, desde 2008, a cidadãos ou organizações que tenham contribuído, de forma notável, para a promoção da integração e para a compreensão mútua entre os povos europeus. A primeira instituição portuguesa distinguida foi a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e, nos últimos três anos, foram distinguidos, entre outros, o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), o Instituto Marquês de Valle Flôr ou a Plataforma de Apoio aos Refugiados, todos candidatados por Carlos Coelho.

A chancelaria do Prémio do Cidadão Europeu distinguiu 50 personalidades e instituições europeias, entre as quais dois candidatos portugueses: a FFMS e António Pinto Monteiro.

Cláudia Monteiro de Aguiar apresenta Projeto Piloto

poio para Tecnologias em Aeroportos das Ultraperiféricas. Cláudia Monteiro de Aguiar, Deputada do PSD ao Parlamento Europeu, deu entrada na Comissão de Transportes e Turismo um novo Projeto Piloto, a incidir no próximo Orçamento da União Europeia em 2019.

Este pedido que será encaminhado à Comissão de Orçamento recai sobre Tecnologias e Sistemas de Apoio aos Aeroportos das Regiões Ultraperiféricas em casos específicos de alterações climáticas e fenómenos adversos que possam influenciar aeronaves do processo de descolagem ou aterragem,

"Muitos aeroportos europeus enfrentam cancelamentos de voos ou desviam rotas devido às condições meteorológicas inesperadas e isso tem consequências negativas para passageiros, companhias aéreas e aeroportos. As regiões ultraperiféricas são particularmente vulneráveis a uma série de impactos específicos sobre as alterações climáticas, em particular eventos meteorológicos extremos."

"A Madeira tem sido fustigada por estes fenómenos e pela necessidade novas tecnologias nos aeroportos. O Governo Regional já manifestou disponibilidade para ajudar na resolução, por isso, entendi apresentar este projeto piloto, que colhendo sucesso poderá complementar esse apoio" afirma Cláudia Monteiro de Aguiar.

A Eurodeputada Madeirense sublinha ainda que "este projeto solicita às Instituições Europeias, um estudo específico com o objetivo de identificar boas práticas em aeroportos dentro e fora da União, que tipologia de sistemas ou tecnologias são utilizados, a que financiamento foi ou é possível recorrer para a implementação destas ferramentas. A viabilidade da implementação destas tecnologias é coerente com a iniciativa do Céu Único Europeu e com a Estratégia Europeia para a Aviação logo espero nota positiva a este projecto nas próximas fases."

Aguarda-se agora pelos trâmites normais de um processo de Projeto Piloto que será alvo de apreciação pela Comissão Europeia, terá de passar pela aprovação na Comissão dos Transportes e Turismo, e na especialida-



"A Madeira tem sido fustigada por estes fenómenos e pela necessidade novas tecnologias nos aeroportos. O Governo Regional já manifestou disponibilidade para ajudar na resolução, por isso, entendi apresentar este projeto piloto, que colhendo sucesso poderá complementar esse apoio" afirma Cláudia Monteiro de Aguiar.

de, na Comissão dos Orçamentos, passando em Outubro, pela aprovação em Plenário em Estrasburgo, na mesma altura que é aprovado o Orçamento da União para 2019.

De recordar que a Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar enviou missiva urgente à Comissão Europeia, onde questionou a existência de financiamento ou possíveis soluções para situações idênticas àquela que se vive no Aeroporto Internacional da Madeira - Cristiano Ronaldo, criticando a inação do Governo da República por passividade em relação a esta questão.

As perguntas à Comissão Europeia:

- 1. A que financiamento pode recorrer um EM para dotar as infra-estruturas aeroportuárias das RUP com meios técnicos e tecnologia mais avançada para responder ao problema mencionado; em caso de não existência que solução apresentará para o pós-2020?
- **2.** Que tecnologias e equipamentos existem nos aeroportos de e fora da União?
- **3.** Prevê alguma iniciativa tendo em conta que estes fenómenos nas RUP têm aumentando em frequência e intensidade?





José Manuel Fernandes considera "inaceitáveis" cortes na Política de Coesão e na Política Agrícola Comum

uma intervenção em sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, dedicada ao debate sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), **José Manuel Fernandes**, deputado que integra a Comissão dos Orçamentos e que faz parte da equipa de negociações do Parlamento para o próximo QFP, apontou as incoerências da proposta apresentada pela Comissão.

"O Parlamento Europeu quer uma Europa coesa do ponto de vista territorial e social. Quer uma Europa unida, quer uma União Europeia competitiva, segura e solidária, e esta palavra tem de se traduzir em ações concretas. Não podemos dizer que a política de coesão funciona

bem e tem aumentado o Produto Interno Bruto (PIB) numa série de países, e até ajuda os outros Estados-Membros, e depois vamos cortar na Política de Coesão", expôs. Para José Manuel Fernandes, o mais grave é que os cortes na Política de Coesão incidem principalmente sobre os países mais pobres.

"A Comissão pretende cortar nos fundos para os que mais precisam, cortar aos mais pobres. Considero que é inaceitável o corte de 45% no Fundo de Coesão que é destinado aos Estados-Membros que têm menos de 90% do PIB 'per capita' da média da União Europeia. Aquilo que funciona bem deve continuar. Os cortes na Política de Coesão, na Política Agrícola Comum e,

nomeadamente, no desenvolvimento rural, com um corte de 25%, são incompreensíveis", reforçou.

José Manuel Fernandes defendeu ainda que "ninguém conseguirá explicar aos eleitores, por exemplo, que os Estados-Membros mais pobres terão cortes superiores aos mais ricos", defendendo que a União Europeia precisa "que a solidariedade seja uma solidariedade de facto".

O Parlamento Europeu aprovou uma resolução, com José Manuel Fernandes como um dos proponentes, que critica os cortes propostos pela Comissão e defende que os próximos fundos devem ser pelo menos semelhantes aos atuais.

Rangel liderou missão do PPE a Marrocos

o programa da visita constaram encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o corpo diplomático dos países da União, com os partidos políticos e com muitas organizações não-governamentais.

"É fundamental criar laços que ajudem a consolidar o caminho democrático que a sociedade marroquina decidiu abraçar. É muito importante sublinhar a parceria com a UE na matéria de migrações e o registo de acolhimento e de respeito pelos direitos humanos que as autoridades marroquinas adoptaram. Também de salientar os progressos feitos na igualdade entre homens e mulheres, onde, como é óbvio, ainda há imenso a fazer. A história de Marrocos, a sua cultura, a diversidade das suas etnias, a sua capacidade de ser uma ponte natural entre a África e a Europa justificam uma atenção especial especialíssima mesmo, por parte da União Europeia. E, claro, de Portugal." afirmou o deputado.



Relatório de Carlos Coelho sobre Schengen acusa Estados-Membros de incumprimento

oi aprovado, em sessão plenária, o primeiro relatório anual sobre o Estado de Schengen, do qual Carlos Coelho foi relator

O Relator, após a votação, sublinhou que "os Estados-Membros estão a ser levianos e a introduzir ilegalmente controlos nas fronteiras internas". É a primeira vez que uma Instituição Europeia o diz claramente e repreende os Estados-Membros por isso.

O Social-democrata lembrou ainda que "a utilização abusiva do Sistema de Informação de Schengen (SIS) pelo Reino Unido terá impacto na sua futura relação com a União Europeia no âmbito da Segurança."



Carlos Coelho deixou, ainda, um alerta sobre "a falta de recursos humanos e financeiros das Comissões Nacionais de Protecção de Dados, que tenderá a piorar com as responsabilidades acrescidas pelo novo Regulamento Geral de Protecção de Dados. O mesmo se diga dos **Gabinetes SIRENE**, essenciais ao funcionamento do SIS. E aqui, também Portugal não é um bom exemplo".

Este Relatório aprovado pelo Parlamento Europeu resulta da *Task Force para Schengen* presidida por Carlos Coelho. Esta estrutura teve acesso a informação classificada, analisou os resultados do Sistema de Avaliação de Schengen, ouviu técnicos e especialistas e debruçou-se sobre todos os aspectos ligados a estas avaliações: Fronteiras rodoviárias, aéreas, marítimas e fluviais, fronteiras internas, Protecção de dados, utilização do Sistema de Informação de Schengen, Política de Vistos, Retorno e Cooperação policial e judicial.





Eurodeputada **Sofia Ribeiro** defendeu que "os Açores dispõem de um elevado potencial na transição para energias limpas, que tem de ser devidamente apoiado", aquando da sua intervenção, como oradora convidada, na Semana da Energia Sustentável, desenvolvida pela Comissão Europeia, em Bruxelas.

Na sessão em que foi lançado o Secretariado da Energia Limpa para as Ilhas Europeias, no seguimento da declaração política de Malta que estabeleceu um compromisso para uma "iniciativa de Energia Limpa para todas as Ilhas Europeias", Sofia Ribeiro começou por apresentar os objetivos de transição energética dos Açores, tendo adiantado que "em 2017, apenas 37% da energia produzida nos Açores teve origem endógena, sendo 63% recorrente ao diesel, mas o objetivo da região é inverter esta situação até 2025".

"Os Açores apresentam um enorme potencial

no uso das energias renováveis, pela sua posição geográfica e condição marítima, pela origem vulcânica, e em que a Agricultura, constituindo uma essencial atividade económica, tem também potencial na transição energética", enumerou a Social-democrata, tendo ainda dado a conhecer os exemplos das centrais geotérmicas de São Miguel e da Terceira, bem como o projeto da central hidroelétrica da ilha das Flores, que "fazem uso das especiais características do arquipélago".

Recordando que ainda existem ilhas, como o Corvo e a Graciosa, que "ainda dependem a 100% de recursos fósseis para a produção de energia elétrica, não obstante os projetos existentes", Sofia Ribeiro afirmou que "também no mercado da energia, os Açores, como Região Ultraperiférica, sofrem os efeitos do afastamento", lembrando que "é função da União Europeia salvaguardar instrumentos que permitam à Região a transição para a utilização de energias limpas. E isso não é possível com o

corte de 45% no fundo de coesão que a comissão apresentou para o pós-2020".

Ao finalizar a intervenção, Sofia Ribeiro enumerou desafios à transição para energias renováveis que podem, simultaneamente, constituir-se como oportunidades de desenvolvimento económico e social sustentável. "É necessário analisar, caso a caso, o impacto na paisagem, não descurando uma oportunidade no sentido de os Açores serem valorizados como um destino verde. A necessidade de mão-de-obra qualificada que acompanha o aumento da utilização de fontes renováveis é também uma oportunidade para a criação de postos de trabalho 'verdes' para os jovens açorianos. É urgente que se potenciem os mecanismos de apoio financeiro às famílias, que minimizem o investimento inicial que estas têm de desenvolver na transição para as energias renováveis e que maximizem o retorno desse mesmo investimento", concluiu Sofia Ribeiro.



Carlos Coelho vê aprovado o seu relatório sobre Contratação Pública

Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores (IMCO) do Parlamento Europeu **aprovou** por 28 votos a favor e apenas 2 contra, o **Relatório** do Eurodeputado Carlos Coelho que define a estratégia para os contratos públicos na Europa.

Carlos Coelho agradeceu a confiança dada por todos os grupos políticos ao seu Relatório o que permitiu alcançar compromissos importantes que dão uma mensagem uníssona à Comissão Europeia e aos Estados-Membros sobre o que **devemos melhorar no quadro da contratação pública europeia** desbloqueando assim o potencial ainda por alcançar no mercado interno e nos mercados de países terceiros.

Na sua intervenção, o Eurodeputado destacou a **importância da contratação pública para a economia europeia**, recordando que mais de 250.000 autoridades públicas investem cerca de **14% do Produto Interno Bruto da UE** na contratação de serviços e produtos, numa dimensão estimada em mais de 2 biliões de euros. E como **exemplo de boas práticas**, apontou o caso de **Portugal na aplicação de estratégias de e-procurement** que, na economia e sociedade digital de hoje, representam um campo de oportunidades para a modernização das lógicas de contratação pública e para a sua **abertura a pequenas e médias empresas e start-ups**.

Com este relatório, pretendemos orientar a Comissão Europeia e os Estados-Membros no caminho certo para abordar os mercados de contratos públicos de uma forma **mais ética**, **transparente**, **eficiente** e **sustentável**.

Para o social-democrata "as diretivas aprovadas em 2014 oferecem, de facto, possibilidades e oportunidades aos Estados- Membros, mas 4 anos volvidos não existe uma imagem clara nem uma panorâmica global da forma como as diretivas são transpostas e aplicadas nos diferentes Estados-Membros havendo ainda lugar a melhorias desde a profissionalização dos adjudicantes e funcionários da

administração pública, ao uso das tecnologias digitais e pleno uso dos formulários electrónicos, no desenvolvimento de mecanismos de transparência e acesso a dados, no combate ao uso excessivo do preço mais baixo como critério de adjudicação em alguns Estados-Membros, etc".

"É tempo de utilizar as tecnologias digitais: os Estados-Membros devem procurar uma rápida transformação digital dos procedimentos e desenvolver ferramentas acessíveis e de fácil utilização para todos os profissionais, especialmente as PME".

"Só com um quadro de contratação pública justo, moderno, com menos burocracia e mais robusto que não se preocupe apenas com as empresas mas que também cumpra objectivos sociais e ambientais conseguimos tirar melhor partido do mercado interno e alavancar as nossas economias", concluiu.

O Relatório deverá agora ser aprovado por todos os Deputados europeus na sessão plenária de Setembro de 2018.



Estamos a tirar o futuro às crianças!

Parlamento Europeu debateu com a Comissão Europeia, na sessão plenária, o que está a ser feito para **proteger** as crianças que têm chegado à Europa de países terceiros.

O Deputado **Carlos Coelho** considerou que "apesar de já não fazer manchetes, apesar de já não ouvirmos falar daqueles que, fugindo da guerra e da morte, chegam às nossas fronteiras, a verdade é que **estamos tristemente longe de ter resolvido a chamada "crise dos refugiados"**. A má gestão da crise humanitária que assolou o mediterrâneo e as nossas fronteiras, a par de um Sistema Europeu Comum de Asilo, que tem pouco de comum, que mal funciona e, quando funciona, funciona mal, conduziu a um conjunto de prolongados efeitos adversos".

O Deputado ao Parlamento Europeu sublinhou que "as crianças são, infelizmente, quem mais sentiram estes efeitos e mais sofreram com a incapacidade da União. Ainda em 2017, chegaram mais de trinta mil crianças à Europa, das quais metade estavam sozinhas. Não é aceitável que se passem meses sem que seja nomeado, sequer, um tutor para essas crianças. Também não é aceitável que mais meses ainda sejam necessários até que se verifique o reagrupamento com as suas famílias. Estamos a tirar-lhes o futuro, bem como às quase mil que estavam detidas em 2016.".

O Deputado concluiu apoiando de forma clara a Comissão Europeia mas apontando o dedo aos Estados-Membros: "a Comissão, estou certo, encontrará no Parlamento todo o apoio que precisa para uma defesa resoluta dos direitos destas crianças. Mas, que fique claro, é dos Estados-Membros que mais se exige e espera. Apenas os Estados-Membros dispõem dos meios para salvarmos estas crianças, que não são imigrantes, refugiados ou requerentes de asilo. São crianças, como as nossas".





Cláudia Monteiro de Aguiar critica

Governo da República por não cumprimento do reforço do Fundo de Coesão nos Apoios pós incêndios de 2016 que não chegaram à Região

N o debate, em Estrasburgo, sobre o novo Mecanismo de Protecção Civil da União, Cláudia Monteiro de Aguiar congratula o Parlamento pelo acordo alcançado nesta proposta que pretende reforçar as capacidades operacionais, bem como criar as capacidades próprias, através do reforço da cooperação dos mecanismos de proteção civil, para responder às catástrofes naturais e de origem humana.

A Deputada lamenta que no caso Português o Governo da República não assuma os seus compromissos, para com as regiões afectadas, na prevenção de futuras catástrofes naturais, como os incêndios que ocorreram em Agosto de 2016. Salientou que é importante a cooperação e a solidariedade na União mas afirmou que "solidariedade e responsabilidade têm de começar internamente, dentro dos Estados-Membros e suas Regiões" relembrando que o "Governo"



Socialista Português se tinha comprometido, em Novembro de 2016, a reforçar em 30 milhões de euros do Fundo de Coesão para a recuperação da Madeira e que os mesmos lamentavelmente até à data ainda não tenham chegado. A prevenção, a gestão de risco, a implementação de sistema de alertas e reposição de equipamentos de combate aos incêndios pode estar em causa na Região. Este novo mecanismo não pretende substituir a responsabilidade dos Estados-Membros."

A proposta aprovada, em Plenário, contempla ainda financiamento para a aquisição de novos meios, como, por exemplo, aeronaves de combate a incêndios, contratos de aluguer ou da reparação ou ainda a adaptação das capacidades existentes, custos decorrentes da acção do Mecanismo Europeu ou os custos de transporte. A prevenção é também um pilar da proposta na gestão de catástrofes através da adopção de planos de gestão de risco e do envolvimento dos actores locais e regionais.



Sofia Ribeiro critica abuso de contratos a termo

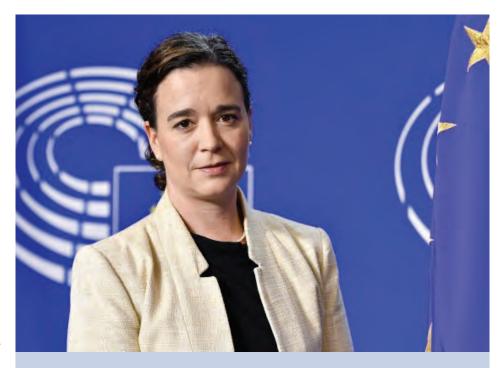
Eurodeputada **Sofia Ribeiro** criticou a utilização abusiva de contratos a termo, no Plenário de Estrasburgo. A Social-democrata falava no debate que pretendia discutir a resposta às petições sobre a luta contra a precariedade e a utilização abusiva de contratos a termo certo, sessão que contou com a presença do Comissário Europeu Christos Stylianides.

Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção afirmando que "a resposta aos cidadãos que se dirigem massivamente, por petições, à União Europeia requer o máximo respeito, que tem de estar expresso na qualidade da resposta, que tem de ser célere e não pode ser evasiva nem desfasada das realidades político-administrativas regionais, nacionais e comunitárias". "Estamos perante cidadãos que confiam na União Europeia e a nós recorrem na expectativa de que resolvamos os seus problemas, mesmo que contra poderes instalados", ressalvou.

A social-democrata considerou "muito grave" o facto de receberem "inúmeras petições de cidadãos europeus sobre situações de precariedade e utilização abusiva dos contratos de trabalho a termo, violando uma diretiva europeia, o que sucede quer no sector privado, quer no sector público".

Durante a intervenção, a Eurodeputada ilustrou o problema recordando os números "assustadores" portugueses. "Em Portugal, 82% dos trabalhadores temporários, são-no involuntariamente, situação que afeta essencialmente os jovens o que, de acordo com uma avaliação da Comissão, evidencia uma elevada segregação laboral que urge corrigir. São situações em que, contrariamente à sua expectativa, os trabalhadores são forçados a aceitar trabalho a tempo parcial, sazonal, com horário indefinido ou falso trabalho independente", realçou.

Já no que concerne ao abuso de contratos sucessivos a termo, Sofia Ribeiro alertou



Durante a intervenção, a Eurodeputada ilustrou o problema recordando os números "assustadores" portugueses. "Em Portugal, 82% dos trabalhadores temporários, são-no involuntariamente, situação que afeta essencialmente os jovens o que, de acordo com uma avaliação da Comissão, evidencia uma elevada segregação laboral que urge corrigir".

que "são os próprios Governos dos Estados Membros os primeiros a violar a diretiva europeia, quando deviam ser os primeiros a dar o exemplo ao sector empresarial. E isto sucede também no meu país e na minha Região, em especial na classe docente".

"Enquanto isto, a Comissão ignora o amontoar de queixas e arranja subterfúgios burocráticos para adiar ou evitar respostas que vão

contra os Governos nacionais", criticou. "Há uma duplicidade de critérios que é inaceitável. Se, por um lado, estamos a exigir ao setor privado, e muito bem, mecanismos de proteção dos trabalhadores, não podemos, por outro lado, fechar os olhos à ação dos Governos Nacionais". É necessário dar respostas céleres, adequadas e sem receios dos poderes instalados, defendendo uma verdadeira Europa Social", finalizou Sofia Ribeiro.



Os Nossos Deputados

Paulo Rangel paulo.rangel@europarl.europa.eu

Claudia Montoiro de Aquiar

Sofia Ribeiro sofia.ribeiro@europarl.europa.eu www.sofiaribeiro.eu

Carlos Coelho carlos.coelho@europarl.europa.eu www.carloscoelho.eu Claudia Monteiro de Aguiar claudia.monteirodeaguiar@europarlæuropa.e

do.ruas@europarl.europa.et

José Manuel Fernandes josemanuel.fernandes@europarl.europa.eu www.josemanuelfernandes.eu

Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Coelho

Fernando Ruas

Redacção: Pedro Paulos e Cruz, Fernando Vaz das Neves